



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC I
LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JOÃO ROBERTO DE JESUS SILVA

**A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO BRASIL: minha vivência e experiência
na Educação Profissional**

Salvador – BA
2023

JOÃO ROBERTO DE JESUS SILVA

**A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO BRASIL: minha vivência e experiência
na Educação Profissional**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais, Departamento de Educação Campus I, da Universidade do Estado da Bahia.

Orientador(a): Prof^a Dr^a Iêda Rodrigues da Silva Balogh

Salvador – BA.
2023

JOÃO ROBERTO DE JESUS SILVA

**A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO BRASIL: minha vivência e experiência
na Educação Profissional**

Monografia submetida à aprovação da Banca Examinadora, como requisito para conclusão da Graduação de Licenciatura em Ciências Sociais, do Departamento de Educação Campus I, na Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada em:/...../.....

Banca Examinadora:

Profª Drª Iêda Rodrigues da Silva Balogh - Orientadora
Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Lívia Alessandra Fialho da Costa
Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Patrícia Lessa Santos Costa
Universidade do Estado da Bahia

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, D. Judite de Jesus Silva, in memoria, que sempre me incentivou a estudar. Quando via eu alcançar os objetivos, dizia, vá em frente meu filho. A todos e a todas que me ajudaram a caminhar e portanto, a construir o caminho.

O deserto é fértil.

D. Helder Câmara

RESUMO

Este trabalho analisa a formação para o trabalho no Brasil; uma reflexão das dimensões dos processos educativo-formativos no campo da educação e do trabalho com base na minha vivência profissional. Busca-se compreender: quais foram às bases legais que institucionalizaram a formação para o trabalho profissional em escolas de Salvador-BA. Com o objetivo de conhecer a origem dessa modalidade de educação verificando as bases legais que institucionalizaram a educação profissional no Brasil; identificar as várias etapas do processo de institucionalização da formação para o trabalho; apresentar as Leis, Normas e Documentos que fundamentam o processo de formação para o trabalho e conhecer as formas de qualificação profissional que foram e são operacionalizadas na contemporaneidade. É um estudo qualitativo, de cunho bibliográfico e documental considerando a natureza do objeto. A pesquisa apontou que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é um processo de formação geral, envolve estudos de caráter técnico, aquisição de conhecimentos e aptidões práticas, portanto, atividades teóricas e práticas, metodicamente organizados em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho e está voltada para formar indivíduos para o exercício do trabalho e na vida em sociedade. Percebe-se que no Brasil, demorou-se para que surgisse uma escola, destinada à formação para o trabalho nem uma pedagogia do trabalho propício para oficinas pedagógicas, não tinha metodologia para o ensino industrial.

Palavras-chave: Trabalho. Formação Técnica. Formação Tecnológica.

ABSTRACT

This work analyzes training for work in Brazil, a reflection of the dimensions of educational-training processes in the field of education and work based on my professional experience. We seek to understand: what were the legal bases that institutionalized training for professional work in schools in Salvador-Ba? With the objective of knowing the origin of this type of education, verifying the legal bases that institutionalize professional education in Brazil; identify the various stages of the process of institutionalizing training for work; present the Laws, Norms and Documents that underlie the job training process and learn about the forms of professional qualification that have been and are operationalized in contemporary times. It is a qualitative, bibliographic and documentary study considering the nature of the object. The research pointed out that Professional and Technological Education (EPT) is a general training process, involving studies of a technical nature, acquisition of knowledge and practical skills, therefore, theoretical and practical activities, methodically organized into tasks of progressive complexity developed in the environment of work and is aimed at training individuals for work and life in society. It can be seen that in Brazil, it took a long time for a school to emerge, designed for training for work, nor a work pedagogy suitable for pedagogical workshops, nor a methodology for industrial teaching.

Keywords: Work. Technical graduation. Technological formation.

LISTA DE SIGLAS

CIME	Terminologia de Formação Profissional
CEEP	Centro Estadual de Educação Profissional
EP	Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
3	O PANORAMA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	14
4	NECESSIDADES PARA UM SABER-FAZER QUALIFICADO NO TRABALHO PROFISSIONAL	21
5	OBJETIVOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O SEU FUNCIONAMENTO	24
5.1	Como funcionou a formação profissional no Brasil	24
5.2	O que caracteriza a formação profissional	25
5.3	Caracterização da Educação Profissional e Tecnológica	25
6	MINHA VIVÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SALVADOR (BA)	31
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Como docente da Rede Pública do Estado da Bahia desde 2016, tive a oportunidade de lecionar em alguns Colégios da Educação Profissional em Salvador, quais sejam, o Colégio Estadual Luiz Rogério de Souza, localizado no Bairro de Plataforma, região do subúrbio ferroviário, no Colégio Estadual Luiz Pinto de Carvalho, no Bairro de São Caetano, mesma região do anterior e no Colégio Estadual Severino Vieira, no Bairro de Nazaré, região central da cidade, Escola Estadual Luiz José de Oliveira, no Bairro da Fazenda Grande I na região das Cajazeiras XI .Atualmente estou servindo no Colégio Estadual Professor Thales de Azevedo, Bairro do Costa Azul. Foram nesses espaços que adquirir as bases e saberes específicos enquanto prática docente para atuar nesta forma de educação para o trabalho, tão específica e diversa, voltada para qualificação para o trabalho, formação técnica e formação tecnológica de sujeitos

O tema geral deste trabalho versa sobre a formação para o trabalho no Brasil; me debrucei sobre uma reflexão das dimensões dos processos educativo-formativos no campo da educação e do trabalho com base na minha vivência e experiência profissional.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é um processo de formação geral, estudos de caráter técnico, aquisição de conhecimentos e aptidões práticas. É caracterizada por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. Está voltada para formar indivíduos para o exercício do trabalho, contribuindo assim, para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

Nesse sentido, esse estudo traz como questão de pesquisa: Quais foram às bases legais que institucionalizaram a formação para o trabalho profissional em escolas de Salvador-BA? Essa pesquisa tem como objetivo, conhecer a origem dessa modalidade de educação verificando as bases legais que institucionalizar a educação profissional no Brasil, em termos mais específicos, identificar as várias etapas do processo de institucionalização da formação para o trabalho; apresentar as Leis, Normas e Documentos que fundamentam o processo de formação para o trabalho e conhecer as formas de qualificação profissional que foram e são operacionalizadas na contemporaneidade.

Demorou-se para que surgisse uma escola, no sentido mais denso da expressão, destinada à formação para o trabalho. A escolarização da educação profissional foi um processo moroso e um difícil processo. O Brasil não tinha escola para o trabalho, tampouco uma pedagogia do trabalho propícia para oficinas pedagógicas- os testes psicotécnicos- não tinham instituições profissionalizantes e não tinha metodologia para o ensino industrial.

O ensino de ofícios esteve predestinado, desde seus primórdios, a atender um tipo de público, que o associava a um ensino de segunda categoria, porque utilizavam as mãos para fazer o seu trabalho. O ensino de ofícios, reforça uma ideologia de que esse ramo de ensino estava voltado ao amparo de órfãos e ao ensino de artes e ofícios.

Temos a clareza que na história recente do Brasil, é possível perceber que as mudanças mais significativas na educação ocorrem, notadamente, a partir do final do século passado, quando foi editada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação(LDB) 9.394/96 que promoveu alterações estruturais no sistema de ensino nacional de uma maneira em geral no nosso país. Na próxima seção descreveremos os procedimentos metodológicos utilizados nesse estudo, em seguida, nos debruçaremos sobre algumas reflexões sobre o trabalho, a formação técnica e a formação tecnológica. Esboçarei um pouco da minha vivência e experiência enquanto docente nessa modalidade de educação e, por fim, apresentaremos as nossas considerações finais e a relação dos materiais bibliográficos e documentais estudados para compor esse estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Todo trabalho científico necessita da escolha de um caminho a seguir, ou seja, um conjunto de procedimentos planejados e organizados para que após sua execução possa ser verificada a construção do conhecimento científico. Logo, um caminho para se atingir um objetivo, Ciavatta e Ramos falam sobre isso (2012), a Metodologia é o caminho para se chegar a um determinado fim, é a organização do pensamento científico, fornece ao pesquisador as regras e procedimentos mais adequados para seu caminhar científico. A Metodologia da Pesquisa, é uma descrição detalhada de um processo de pesquisa que se escolhe para conduzir um estudo.

Escolheu-se a abordagem da pesquisa qualitativa (Severino, 2007, p.103), que segundo ele, “é o conjunto de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas”. A característica deste tipo de abordagem é que busca compreender os fenômenos a partir de sua explicação e motivos. (Metzer, 2019), argumenta os resultados do estudo por meio de análises e percepções. Segundo (Demo,2000 p.128) é vista como um diálogo crítico e criativo com a realidade, a capacidade de intervenção. A abordagem qualitativa busca, segundo Minayo (2000, p.21), respostas as questões particulares que não podem ser quantificadas.

No campo das abordagens qualitativas, realizamos o que de acordo com Gil (2002, p.44) chamamos de pesquisa bibliográfica, que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituídos de livros e artigos científicos que permite ao investigador, a cobertura de uma gama de fenômenos mais amplo do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Consiste na revisão da literatura relacionada à temática abordada, para tanto, foram utilizados livros, periódicos, artigos, sites da internet, entre outras fontes. A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses (Severino, 2007, p.103).

Utiliza-se de dados onde categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados (Severino,2007,p.103). Os textos tornam-

se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constante dos textos, conforme argumenta Severino (2007, p.106).

Além de estudo bibliográfico, esse estudo é também de caráter documental, realizado em fontes que deram subsídios para conhecer um pouco mais da história e relação que a literatura pertinente ao tema apresenta sobre essa temática. Utilizamos a pesquisa documental, por se tratar de um trabalho que tem por finalidade colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito da temática, e que não foi publicado, fontes únicas que dão suporte aos dados dessa pesquisa.

O Método de análise dos documentos consultados foi a Análise de Conteúdo, que de acordo com Severino (2007, p.105) “é uma metodologia de tratamento das informações consultadas de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos”. Os Documentos, que segundo Severino (2007, p.108): “é a técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho”.

As informações foram levantadas em bibliotecas virtuais e físicas, jornais, Revistas Técnicas especializadas, documentos oficiais, leitura de entrevistas de especialistas na temática disponível em sites oficiais na internet, além da experiência própria como docente dessa modalidade educacional.

A técnica de coleta das informações foi através da leitura e interpretação do material bibliográfico e documental para produção do texto reflexivo e acrescentar o relato da vivência pessoal em vários ambientes educacionais informais e formais.

3 O PANORAMA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Não é exagerado afirmar que a educação profissional e tecnológica (EPT) acompanha o homem desde os tempos mais remotos, quando se transferiam os saberes e técnicas pela observação, pela prática e pela repetição. Aprendia-se por ensaio e erro, repetindo-se os saberes acumulados pela história.

A educação profissional conhecida, hoje, iniciou sua consolidação em meados do final do século XVIII, a partir da Revolução Industrial, argumentam Vieira e Souza Jr. (2016, p.153). Com as profundas alterações nas relações de produção e capital, a necessidade de difusão das técnicas, preparando gerações futuras para a continuidade dos ofícios, se tornou imperiosa. “A mão-de-obra precisava ser capaz de atender à demanda emergente, ou seja, de servir à maior produção de bens para o consumo (Vieira & Souza Jr.,2016,p.153-154 apud Manacorda,1995, p.287). Esses autores acrescentam que, não era mais possível aprender por ensaio e erro e com qualquer pessoa da comunidade, mas era preciso que o trabalhador tivesse um conhecimento técnico, que dominasse o seu ofício. Dessa forma, expandiram as escolas de artes e ofícios (Vieira & Souza Jr., 2016, p.154).

A constituição do ensino técnico no Brasil inicia-se num período em que a sociedade brasileira estava organizada basicamente entre grandes proprietários de terras e força de trabalho escrava (Vanderley, 2018, p.01). A transmissão dos conhecimentos técnicos, ou seja, o ensino de profissões manuais ou de ofícios eram ensinados conforme as atividades que se apresentavam como necessárias ao desenvolvimento econômico-social do país. Esses conhecimentos eram ensinados nos engenhos, na Companhia de Jesus, nas Corporações de Ofícios, que segundo Castanho (2008, p.02), representavam “a compreensão “familiar” que se tinha da sociedade compreendendo-a segundo suas competências, nos Arsenais da Marinha, Colégio das Fábricas dentre outras”.

Essas iniciativas apresentavam duas características: um ensino não sistematizado e destinado aos menos favorecidos (Vanderley, 2008, p.01). A prática destrutiva capitalista e seu modo de produção negam aos sujeitos uma educação digna, com qualidade e para todos, ficando designada a estes setores marginalizados, a oferta de um ensino precarizado e subordinado aos interesses do capital. Sendo essa, uma formação fragmentada que promove exclusão e impede o acesso ao conhecimento científico e tecnológico. A educação direcionada para as

camadas populares operava numa perspectiva de formação imediata de mão-de-obra em consonância com as mudanças do sistema capitalista, buscando atender aos interesses do trabalho para atuarem nas fábricas (Santos, 2022, p.06).

O conhecimento que interessa à classe trabalhadora é, pois, aquele que ajude a revelar as formas preponderantes de dominação e alienação e se constituírem em guia das práxis transformadoras das estruturas sociais, às quais produzem a exploração e a alienação. Quando o conhecimento expõe a historicidade do real, isto é, as determinações que o constituem nos seus diferentes âmbitos – social, econômico, político, cultural e etc. Este conhecimento como indicou Marx, se transforma em força material revolucionária. (Frigotto, 2014, p.111 apud Santos, 2022, p.07).

Com o ouro sendo descoberto em Minas Gerais e o conseqüente aparecimento das Casas de Fundição e de Moeda, houve a necessidade do ensino de ofícios para os aprendizes atuarem nestes espaços (Garcia, 2000, p.01). Diferente dos que aprendiam o ofício nos engenhos, que não precisavam provar seu conhecimento prático, os aprendizes nas Casas de Moeda, ao final de cinco anos tinham que comprovar suas habilidades diante de uma banca examinadora, buscando a Certidão de Aprovação, necessária para atuarem no ofício (Garcia, 2000, p.02). Importante sinalizar aqui que no mesmo período iniciaram nos Arsenais da Marinha do Brasil os Centros de Aprendizagem de Ofícios (Garcia, 2000, p.03).

A formação do trabalhador no Brasil teve seu início no período da colonização, os primeiros aprendizes de ofícios foram os indígenas e os negros escravizados, as classes mais baixas da sociedade da época. Para a elite brasileira, estava destinada a educação propedêutica, acadêmica, preparatória para a continuidade dos estudos. Para este público, o trabalho manual não era uma opção, repudiavam às atividades artesanais e manufatureiras para sua classe (carpintaria, a serralheria, a tecelagem, a construção, entre outras). Esses Ofícios “eram ensinados aos jovens e às crianças que não tivessem opção, como aqueles advindos das Casas da Roda, garotos de rua e delinquentes, argumentam Vieira e Souza Jr (2016, p.154 *apud* Sales; Oliveira, 2011, p.165). Com isso, acrescenta Fonseca, “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada a elementos das mais baixas categorias sociais” (1961, p.68 *apud* Vieira; Souza Jr., p.154). E sobre a educação para o trabalho, ressentia-se de caráter discriminatório.

A escolarização da educação profissional no Brasil foi um processo moroso e um difícil processo, demorou para que surgisse uma escola, voltada á formação profissional (Castanho, 2008, p.03). Com a transmigração da Família Real para o Brasil em 1808, muda-se o eixo de dependência do Brasil de Portugal para a Inglaterra industrializada, logo, a política industrial-manufatureira do reino é alterada (Castanho, 2008, p.10). Castanho acrescenta que no Alvará joanino de 1º de abril de 1808, permitia a implantação de Fábricas e Manufaturas no Brasil revogando, assim, a proibição de Fábricas de 1785.

Segundo Silva, Azevedo e Peterossi (2021, p.530), o Dec.n.7.566 de 23/09/1909 do Presidente Nilo Peçanha, cria Escola de Aprendizizes e Artífices. Vejamos que 1909 não é o primeiro contato do Brasil com o ensino formal objetivando a formação profissional, existem registros de escolas profissionalizantes formais no Brasil, tais como: a educação jesuítica até o século XVIII; as Casas de Fundição e de Moeda em Minas Gerais, no século XVIII, os Centros de Aprendizagem de Ofícios, nos Arsenais da Marinha, neste mesmo século, os Colégios das Fábricas ou Casa do Antigo Guindaste, Rio de Janeiro regulamentadas pelo Dec.de 23 de março de 1809, as escolas normais e a Escola Agrícola da Fazenda da Lagoa Rodrigo de Freitas, a escola o Farol Agrícola e Industrial, todas sob o domínio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criadas no Século XIX. Destacamos também as Casas filantrópicas de educandos artífices no mesmo século, os Liceus de Artes e Ofícios; e as escolas profissionais de ensino criadas no Rio de Janeiro em 1906 (2021, p.503).

No âmbito da educação profissional, foi criado em 1809 o Colégio das Fábricas, primeiro colégio público no Brasil direcionado à educação de artistas e aprendizes. Segundo Castanho (2008, p.10), era assistencialista, mas tinha a finalidade “socorrer a subsistência e a educação de alguns aprendizes vindos de Portugal”. Em 1810 criou-se uma escola para serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros. Já em 1816 foi criada a escola de ciências, artes e ofícios.

A educação para o trabalho era relegada aos desvalidos e os sem sorte, antes de ser instituído o ensino profissional (Baracho, 2018, p.314). Para Castanho (2008, p.03), “o desenvolvimento da formação para o trabalho tem especificidades conforme prepara aprendizes ou alunos para o artesanato, a manufatura e a indústria”. Para ele, tivemos no Brasil três formas de educação profissional (Castanho, 2008, p.3 *apud* Cunha, 2005, p.02):

- a educação artesanal: processos não sistemáticos, a partir de experiência direta de jovens aprendizes com seus mestres adultos, na oficina, em espaços para tal destinados na fazenda, no engenho, na área de mina, etc;
- a educação industrial: processos sistemáticos e regulamentados, em ambientes especializados e regulamentados, em ambientes especializados, com o fim de produzir conhecimentos e habilidades previamente configurados;
- a educação manufatureira: uma forma mista das duas anteriores, em que praticava-se o processo às vezes formalizados em instituições escolares e direcionado a formação de artífices, a formação de trabalhadores industriais assalariados (Castanho, 2008, p.03-04).

Castanho (2015, p.04), relata que a educação profissional no Brasil ocorreu em tempos diversos, tinha relação com o desenvolvimento do Modo de Produção de Bens e Serviços. Em 1909, na República, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices através do Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909. Esse foi o primeiro marco regulatório de início da educação profissional e tecnológica (EPT) como Política no Brasil (abphe.org.br, 2018). Destacamos também os Decretos nº. 5.241 de 22 de agosto de 1927 e nº. 17.943, quando o Brasil segue pelos caminhos da industrialização, toma a indústria como carro chefe de seu crescimento econômico e viveu o surto industrialização dos anos 1940 em diante.

O fato é que o Brasil não tinha experiência na formação de trabalhadores e de técnicos para atuarem nas indústrias. Também não possuía escolas para o trabalho, tampouco uma pedagogia do trabalho, não tinha uma metodologia para o ensino industrial, não havia escolarização para o trabalho. Pedrosa e Santos (2014, p.315) informam que, quando o Brasil avançou rumo a industrialização, evidente que tardiamente, já existia inúmeras experiências internacionais voltadas para a formação de trabalhadores e de técnicos no Velho e no Novo Mundo.

Se formos considerar o desenvolvimento de aprendizagens laborais no Brasil, a formação para o trabalho ocorre desde os tempos da colonização, como podemos citar o desenvolvimento de aprendizagens laborais realizadas nas Casas de Fundação e de Moeda e nos Centros de Aprendizagem de Ofícios Artesanais da Marinha do Brasil criados no ciclo do ouro. Já no Brasil independente (1822 a 1889), destaque-se a instalação das Casas de Educandos Artífices em dez províncias entre 1840 e 1865. No período já da República, foram criadas dezenove “Escolas de

Aprendizes Artífices”, voltadas ao ensino profissional, primário e gratuito. Sendo o marco da implantação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como política pública no Brasil, instituída por meio do Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909 .

Para Silva e Melgaço (2021, p.73), a formação da Identidade educacional brasileira, ocorre com a criação do ensino profissional em 27 de agosto de 1927 pelo Decreto nº. 5.241 de 27 de agosto de 1927, decisão do Congresso Nacional que definiu que “o ensino profissional é obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União”, cabendo uma instância de Inspeção do Ensino Profissional Técnico, após 1930, com a criação do Ministério da Educação (lexml.gov.br, 1927).

Em 1937, o ensino profissional é pontuado na Constituição Federal promulgada pelo Governo Getúlio Vargas, como dever do Estado e define que as indústrias e os sindicatos deveriam criar escolas de aprendizes, cada um na sua especialidade. Destacamos a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Decreto-Lei nº. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº.4.073 de 30 de janeiro de 1942) que define dois ciclos para este ensino e o estabelecimento das bases iniciais de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial (Decreto-Lei nº. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942).

Em 1942 a Reforma Capanema cria o ensino industrial e comercial; em 1943 Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto-Lei nº. 6.141 de 28 de setembro de 1943 cria os cursos de comércio, propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado (Romanelli, 1978, p.156). Em 1945 temos a Lei orgânica do ensino normal; 1946 com o Decreto-Lei nº. 8.621 de 10 de janeiro de 1946 houve a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); já o Decreto-Lei nº. 8.622 de 10 de janeiro de 1946 temos o ensino de ofícios artesanais e manufactureiros (Cunha, 2000). Avançando, percebe-se que, nas décadas de 60 e 70, época da expansão econômica do milagre brasileiro, o ensino profissional passa a ocupar um espaço maior no cenário das políticas públicas em educação no Brasil.

No final dos anos 1990, com a mudança do olhar do Estado brasileiro sobre a Formação Profissional, essa passa a fazer parte da Política Pública brasileira, com a mudança do olhar sobre o desenvolvimento econômico e industrial ocorrido, construindo espaço de negociação e, dessa forma, disputada por diversas frações

de classes sociais resolve-se tomar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como estratégia de formação de capital humano para o desenvolvimento do país e tomada então como uma Política Pública.

Esta decisão implica a alocação de recursos públicos no Orçamento Público da União para financiá-la. Aí, os dirigentes políticos e econômicos; intelectuais orgânicos e formadores de opinião arregimentam-se e há uma disputa dessas verbas, por conseguinte uma disputa por hegemonia para influenciarem nas políticas de educação e formação para o trabalho. Disputa entre facções da classe dominante, como desencadeadora de instituições educativas; as necessidades de uma sociedade que se urbanizava e industrializava e da qual se ampliava a classe que vivia do trabalho.

Cada grupo considerando os seus interesses e formas de oferecimento dessa modalidade de educação, indo de encontro às demandas do Capital, portanto, do mundo do trabalho; atender aos diferentes perfis de estudantes; a diferença entre um especialista e um Professor; falta de tempo; a tecnologia e a batalha pela atenção; a busca por alternativas; avançar na quantidade de matrículas- apenas 9,3% de estudantes matriculados(INEP); formação precária de docentes para a EPT; a qualidade da educação-um problema nacional-; custos muito altos; escassez de docentes qualificados; escassez de verbas; engajamento tecnológico; constantes atualizações; aplicação das ferramentas corretas; promoção da educação interdisciplinar; adaptação às novas tecnologias, dentre outros.

Entretanto, a Educação Profissional e Tecnológica(EPT) é aquela que permite ao sujeito alcançar o Conhecimento Científico o qual desvela os fundamentos do mundo humano, que carrega em si a potencialidade emancipatória, não apenas a reprodução do mundo tal como ele tem sido mas sim a construção do mundo emancipado (Monerat, 2021, p.60). De acordo com estudos especializados, a EPT não é feita apenas de problemas, esse campo da educação possui vantagens como: é uma das principais apostas para melhoria da Competitividade da Indústria brasileira. O investimento no ensino profissionalizante, vai permitir a retomada do Crescimento Econômico do país de forma contínua, gerando melhores oportunidades de emprego para jovens e adultos; pode contribuir para a promoção e manutenção do desenvolvimento econômico de uma nação; há inter-relações entre EPT e Desenvolvimento Econômico, a partir do pressuposto de que a

aquisição de habilidades pela população apresenta um alto grau de correlação com o Crescimento Econômico.

4 NECESSIDADES PARA UM SABER-FAZER QUALIFICADO NO TRABALHO PROFISSIONAL

Segundo Lopes (2006), o Saber-Fazer (*Know-How*) é a capacidade de trabalhar com competência em contextos diferentes. Organização Internacional do Trabalho (OIT), através da recomendação nº.150 de 7 de junho de 1978 coloca isso como sendo um conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias duma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo da atividade econômica (Cime,, 2001). Para a Cime (2001), a formação profissional estar voltada para identificar e desenvolver aptidões humanas, considerando uma vida produtiva e satisfatória e, a ligação com diversas formas de educação, melhorar as condições dos indivíduos perceberem as condições de trabalho e o meio social e de influenciarem estes, individual ou coletivamente. A formação profissional de cada país deve estar direcionada para às necessidades dos jovens e adultos, ao logo de suas histórias de vida, e nos variados setores da economia, abarcando todos os níveis de qualificação profissional de responsabilidade.

É preciso a construção de competências que garantam o acesso ao conhecimento especializado e voltado para o saber-fazer e como fazer (Dec.-Lei.nº. 396/2007). Nesse processo, a pessoa passa a construir, de maneira articulada, um arcabouço teórico, práticas cotidianas e vivências profissionais. Promovendo, assim, a apreensão da realidade social, nas suas particularidades sócio-históricas e na totalidade dessa realidade na contemporaneidade (Anqep,2007).

Verificamos que a formação profissional pode ser vista como um conjunto de atividades que uma pessoa adquire através de conhecimentos, habilidades técnicas e conceituais, e atitudes que o estudante desenvolve durante todo o processo de formação. É uma atividade que pode promover a evolução da personalidade do indivíduo, partindo dos conhecimentos adquiridos e experiências vividas, possibilitando a obtenção de elementos de realização mais completos de si próprio e uma melhor adaptação ao meio de inserção, em termos sócio-profissional.

Segundo Pereira (2018), é um processo organizado de educação graças ao qual as pessoas enriquecem os seus conhecimentos, desenvolvem as suas capacidades e melhoram as suas atitudes ou comportamentos, aumentando as

qualificações técnicas ou profissionais para participarem do desenvolvimento sócio-econômico e cultural da sociedade. O processo que busca transmitir competências aos indivíduos, como capacidades para mobilizar aptidões, conhecimentos e atitudes-Sistema Nacional de Qualificação (SQN).

A formação profissional é definida pelo Sistema Nacional de Qualificação (SQN), um processo que visa transmitir competências aos indivíduos, como capacidade para mobilizar aptidões, conhecimentos e atitudes. Tudo isso para que seja possível exercer plenamente uma ou mais atividades profissionais. Mesmo que seja papel da organização no período de formação do indivíduo dentro de cada organização, desenvolver habilidades do funcionário.

A formação profissional diz respeito ao processo de desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e valores necessários para o desempenho de uma profissão ou vocação específica. Incluindo habilidades e conhecimentos técnicos, e também habilidades interpessoais e princípios éticos. Um conjunto de atividades que capazes de promover o acesso ao conhecimento prático e teórico, através de conhecimentos, habilidades e atitudes, responsáveis pelo bom desempenho do indivíduo em seu local de trabalho e em sua carreira como um todo.

Vinculados a um saber profissional, conhecimentos, habilidades e atitudes se transformam. Na atualidade no Brasil, o conceito de formação profissional tem sido substituído pelo de Educação Profissional, visando realçar a necessidade de enxergar o saber-fazer pelo objetivo fundamental de educar para o desenvolvimento integral do profissional (Militão, 2000, p.133).

Para Marques (2018), um conjunto de atividades feitas para adquirir conhecimento, habilidades e atitudes, responsáveis pelo bom desempenho do indivíduo em seu local de trabalho e em sua carreira como um todo. Com a formação profissional pretende-se não só formar pessoas em termos de conhecimento técnico e prático, mas também em termos de ética, conhecimento prático, social, comportamental, entre muitos outros, para que eles tenham uma visão ampla de mundo, importando-se com as problemáticas que envolvem a construção de uma sociedade democrática cada vez melhor e eficiente.

Portes (2016, p.4), “diz que é um sistema de saberes, comportamentos e atitudes e que uma sociedade bem organizada é justamente aquela que investe na manutenção e melhoria constante deste sistema de transmissão de saberes e comportamentos, como base para o seu progresso”. O aumento das interações

sociais, as inovações nos processos produtivos técnicos e tecnológicos, e a expansão das redes comerciais demandam transmissão dos saberes para manter o nível de complexidade atingido; que as políticas mais dinâmicas procuram constantemente atualizarem os saberes e saber-fazer de uma dada sociedade apoiando-se nos agentes de inovação internos e externos. Também que, As mais abertas à mudança devido às inovações que introduzem o sistema por produzir verdadeiras rupturas sociais e na transmissão dos saberes.

Edgar Morin (2000), nos estudos sobre cultura, pensou a mesma integrada a formação profissional e a educação, para manter e transmitir numa sociedade um nível de complexidade tecnológica ou metodológica envolvida nos processos produtivos. Para ele, não podemos dissociar a evolução da formação profissional da crescente complexidade das sociedades, que não seria possível sem tecnologias, métodos e técnicas de produção cuja utilização carece-se uma aprendizagem cada vez mais estruturada e longa.

Segundo Goldstein e Gresser (1988 apud Cruz,1998 p.01), “a formação profissional é a aquisição sistemática de competências, normas, conceitos ou atitudes que origina um desempenho melhorado em contexto profissional”. Cardim (1998,p.01), fala da formação como sendo constituída pelas intervenções escolares ou extraescolares, visando a preparação inicial de jovens e adultos para o exercício de qualquer profissão qualificada. Conforme Sumbo (2019, p.41), a formação profissional é de suma importância para o funcionamento e desenvolvimento macroeconômico, ao nível das organizações e das sociedades. Por sua vez, Correia (2003, p.32) relaciona a formação profissional e os contextos de trabalho, defendendo a formação como agente catalisador das trocas entre diferentes linguagens do trabalho, e acrescenta que as potencialidades formantes do trabalho, exercendo simultaneamente vigilância crítica sobre a organização e que permite a reconstrução das identidades pessoais e sociais dos coletivos de trabalho.

A formação que visa dotar os indivíduos de competências, capacidades para mobilizar conhecimentos, aptidões e atitudes para o exercício das atividades profissionais. Uma proposta pedagógica que articula teoria e prática com vistas a beneficiar tanto a formação geral quanto a formação profissional na proposição de localizar autonomamente o sujeito no mundo do trabalho (Tardif; Lessard, 2012, p.14).

5 OBJETIVOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O SEU FUNCIONAMENTO

O principal objetivo da formação profissional é a formação para o exercício de uma profissão, com o aprendizado de saberes ligados aos diversos exercícios do trabalho; aprendizagem de conhecimentos; gestão de competências (Dec.-lei n.2208 de 17/04/1997, **atualmente n.5.154 de 23/07/2004**).

5.1 Como funcionou a formação profissional no Brasil

A formação profissional é um processo em que ao longo dos anos ela vem se construindo para chegar a um patamar onde as pessoas possam entender melhor do que se trata de fato. Deve sustentar-se numa base indissociável de teoria e prática, uma formação técnica associada à política, intelectual e cultural. Considerando também a história de vida do profissional como relevante na perspectiva da atuação (Silva, 2017, p.38-56).

O processo de formação profissional deve ser pautado em princípios que reflitam política, intelectual, científica e socialmente uma luta e tensão do reconhecimento da diversidade e diferença cultural para que resulte em intervenções críticas. A temática da formação profissional é compreendida por meio de ambiguidades que promovem impactos de lazer por meio da atuação efetivada (Sousa, 2017, p.38). Os processos formativos devem repensar a práxis, a construção dos processos de intervenção que impulsionem e promova uma formação e participação política.

A formação profissional não está dissociada das forças e lutas que impulsionam para a construção da vida social. Ao falar desse processo, entendemos como essencial a tomada de consciência social e a formação cultural no esforço de construir intervenções no campo da formação profissional que tenham impacto nas relações sociais. É pensar a formação profissional comprometida com as relações de poder que impulsionam a vida em sociedade.

A formação promovida e concretizada na dimensão da técnica, do conhecimento, da cultura reflete em posicionamentos críticos frente a realidade

social para o exercício profissional no mundo do trabalho. Os processos formativos orientados pelas dimensões abordadas contribuem para assegurar que os processos formativos na educação profissional expressem ou comuniquem conhecimentos que tornem práticas de significação (SILVA, 2017, p.38-56). A formação profissional funciona com instruções organizadas em sala, seminários e conferências; com aplicações inovadoras das novas tecnologias; com o desenvolvimento dos recursos humanos.

5.2 O que caracteriza a formação profissional

A formação profissional é definida pelo Sistema Nacional de Qualificação (SQN) como sendo o processo que busca repassar competências aos indivíduos, como capacidades para mobilizar aptidões, conhecimentos e atitudes, para possibilitar o exercício pleno de atividades. A formação técnico-profissional caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. Favorece a evolução do indivíduo, parte dos conhecimentos adquiridos e de experiências vividas, conforme argumenta Pereira (2018, p.1-135).

Destaca também: as aplicações inovadoras das novas tecnologias; o desenvolvimento dos Recursos Humanos e melhores oportunidades de carreira profissional; a formação profissional que aumenta a qualidade e produtividade dos trabalhadores, permitindo às empresas o seu desenvolvimento e competitividade; conhecimento; aprendizagem; aquisição de uma profissão; aquisição de um Ofício; qualificação profissional; aprendizagem profissional; competência técnica; aquisição de uma Identidade profissional.

5.3 Caracterização da Educação Profissional e Tecnológica

O ensino técnico no Brasil foi criado no governo do Presidente Nilo Peçanha, pelo Decreto 787 de 11 de setembro de 1906. Já a Educação Profissional surge no

Brasil em 27 de agosto de 1927, através do Decreto 5.241 que definiu que “o ensino profissional” é obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União ([portal.mec](#)).

Ainda segundo o MEC (1990), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estruturou-se no Brasil na década de 1990, com a aprovação da atual Lei 9.394-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações, e ganhou novos contornos com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008. A EPT é uma modalidade educacional prevista na LDBN com a finalidade de preparação para o exercício de profissões, para que o cidadão possa ser inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

A Educação Profissional no Brasil foi uma aposta para melhoria da competitividade da Indústria brasileira, o investimento neste ensino profissionalizante visa permitir a retomada do crescimento econômico do país de forma contínua, gerando melhores oportunidades de emprego e renda para jovens e adultos. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se volta para oferta de cursos de qualificação profissional, habilitação técnica, graduação tecnológica e de pós-graduação com os diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Segundo a Unesco (2013), é considerado “Ensino Profissional” o processo educativo, que implica, além de uma formação geral, estudo de caráter técnico e aquisição de conhecimentos e aptidões práticas relativas ao exercício de certas profissões em diversos setores da vida econômica e social. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) está prevista na LDB, contribui para a preparação dos jovens estudantes ao Mercado de Trabalho.

Em termos de definição do conceito, o que vem a ser Educação Profissional e Tecnológica (EPT), percebemos que conceituar essa modalidade educacional segundo Feitosa (2020, p.02), “não é tarefa fácil em razão das várias políticas públicas de décadas passadas, que deram atribuições e finalidades específicas ao sabor de cada grupo político que governou o país”. Cada especialista sobre a matéria busca ressaltar um aspecto que lhe parece relevante para defini-la. Destacamos que é um modelo de aprendizagem, é uma Política Pública estruturada.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é aquela que realiza e transmite os fundamentos conhecimentos científicos dos processos produtivos em geral. O fundamentos científicos da EPT são os referenciais teóricos que as tornam uma

práxis educativa emancipadora, conforme expõe Monerat (2021, p.59). É compreender o processo de ensino-aprendizagem do “saber fazer” baseado na teoria e na experimentação científica. A finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões”, a formação Integral do aluno e como foco principal preparar o estudante para o Mundo do Trabalho, através do desenvolvimento de competências e habilidades técnicas, compreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho, tem um papel específico e estratégico.

Segundo Silva e Colares, (2014), a Educação Profissional (EP) “é importante para o Desenvolvimento Econômico de uma Nação”, pode contribuir para a promoção e manutenção do desenvolvimento econômico do país. Existe uma inter-relações entre Educação Profissional e desenvolvimento econômico, a partir do pressuposto de que a aquisição de novas habilidades pela população apresenta um alto grau de correlação com o crescimento econômico.

Sobre os Princípios da Educação Profissional (EPT), podemos dizer que estão escritos no Art.2º do Decreto 5.154/2005 “ a educação profissional e técnica” observará as seguintes premissas;

- I) Articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia;
- II) A Centralidade do trabalho como princípio educativo; e
- III) A indissociabilidade entre Teoria e Prática.

Sobre as especificidades da Educação Profissional (EP), atualmente, alguns autores definem que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), quando integrada ao Ensino Médio, dá origem à formação integrada, politécnica ou tecnológica. É uma formação que busca o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, formando pessoas capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (.Ciavatta,2000,p.133).

Educação Profissional é o modelo de aprendizagem voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades técnicas para suprir a demanda do Mercado de Trabalho. São ofertados cursos para trabalhadores jovens e adultos, independente de escolaridade, com o objetivo de qualificação e requalificação profissional.

O desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) requer estratégias operacionais voltadas à oferta de uma educação adequada às novas

tecnologias, com profissionais qualificados, dentro de um espaço regidos por princípios democráticos, que tenha clareza de seu projeto pedagógico e em adequação permanente, reforça o IPEA (2016)

São princípios norteadores da Educação Profissional (EP), conforme Resolução CNE/CEB 04/99 do MEC:

- I – independência e articulação com o ensino médio;
- II – respeito ao valores estéticos, político e éticos;
- III – desenvolvimento de competências para a laboralidade;
- IV – flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V – identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- VI – Atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII – Autonomia da escola em seu Projeto Pedagógico(portal.mec.gov.br, 1999).

Já as premissas da Educação Profissional (EP), de acordo com o Art.2º do Dec.5.154 de 23 de julho de 2004, a EP observará as seguintes premissas:

- I - Organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;
- II - Articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego e da ciência e tecnologia (ARAUJO in: Revista brasileira da EPT/MEC).

Do ponto de vista da organização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a EPT de nível técnico tem organização curricular própria, independente do vínculo do ensino médio. Assim, mantendo, contudo, vínculo de complementaridade, argumenta Machado (2010, p.89). A sistemática de organização da EPT é por eixos tecnológicos na perspectiva de formar profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades em um determinado eixo tecnológico. O Eixo Tecnológico é uma forma de caracterizar os cursos técnicos de nível médio:

- a) Controle e Processos Industriais;
- b) Ambiente e Saúde;
- c)Desenvolvimento educacional;
- d) Informação e Comunicação;

- e) Gestão e Negócios;
- f) Produção alimentícia;
- g) Militar;
- h) Produção cultural e Design;
- i) Recursos Naturais;
- j) Produção Industrial;
- l) Turismo, Hospitalidade e Lazer;
- m) Segurança.

Em relação aos tipos de Educação Profissional (EP), as formas possíveis segundo a Lei 11.741/2008 estão previstas no Art.36-B da LDB: a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

- I - Articulada com o ensino médio;
- II - Subsequente, em cursos destinados para quem já tenha concluído o ensino médio.

Os cursos de Educação Profissional e Tecnológica previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são:

- a) Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional;
- b) Educação Profissional Técnica de nível médio;
- c) Educação Profissional e Tecnológica de Graduação e de Pós-Graduação.

Sobre a organização Curricular na Educação Profissional, Científica e Tecnológica, temos o currículo composto de conteúdos a serem ensinados e aprendidos, os planos pedagógicos elaborados pelos professores, escolas e sistemas educacionais, além dos objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino.

Sobre as escolas da época: segundo historiadores da educação do Brasil, pode-se dizer que raramente existiu uma proposta educacional articulada e de longo prazo. Que a estrutura de ensino vigente no Brasil até 1930 nunca havia se organizado como um sistema nacional integrado, ou seja, inexistia uma política nacional de educação que prescrevesse diretrizes gerais para o ensino primário, secundário e superior. Existia apenas alguns “projetos e modelos” apresentados

pela União-onde os estados da federação não eram obrigados a adotá-los; que a formação para o trabalho no Brasil de 1530 a 1807, era de forma assistemática e que se deu na Fazenda, no Engenho de açúcar, nas Minas, na Companhia de Jesus, nas Corporações de Ofícios, nos Liceus de Artes e Ofícios, nos Arsenais da Marinha, no Colégio das Fábricas, transmitida pelo Mestre de Ofício (a maneira de trabalhar) a menores aprendizes, a desvalidos a aos sem sorte, ou seja, era uma educação de cunho assistencialista, desprovida de um planejamento, de um objetivo, de uma pedagogia, de uma metodologia. E que com a transmigração da Família Real para o Brasil em 1808, D. João VI, tomou uma decisão que beneficiou bastante o ensino de Ofícios, revogou o decreto régio que proibia o funcionamento de fábricas, sendo que naquele período (1808-1822) foi que se constituíram algumas estruturas educativas no país, no intuito de atender às necessidades da Corte.

6 MINHA VIVÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SALVADOR (BA)

Do ano de 1960 ao ano de 1968, frequentei a Fazenda Sítio Campinhos, localizada no Município de Ribeira do Amparo-BA distante 15 Km do Município de Caldas do Cipó-BA. Naquela propriedade existia um Engenho; lá pude observar, despretensiosamente, a plantação e a colheita da cana-de-açúcar, a sua moagem e o seu processo de transformação em rapadura..Ali os trabalhadores praticavam as artes do trabalho de saber, o saber eminentemente prático, seja, práticas de trabalho típicos da cultura camponesa(Martinelo,2008,*apud* Brandão,2008).

De 1965 ao ano de 1968, na Escola Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, fundado no ano de 1872; oferecia-se o Ensino Primário e os Ofícios de Marcenaria, Mecânica de Automóveis e Polimento de Móveis; ali aprendi o Ofício de Polidor de Móveis.

Final da década de 1960 na Escola de Datilografia Dória, Bairro da Liberdade, Salvador-BA, que oferecia os cursos profissionalizantes de Datilógrafo e Mecanógrafo, ali me iniciei e diplomei-me em Datilografia e Mecanografia (o ofício de consertar máquina de datilografia) no mês de abril de 1970.

No ano de 1982 de abril a junho de 1982, a Secretaria de Agricultura em Convênio com o Ministério da Agricultura (Convênio CLAVE-BA), promoveu um Curso de Classificação de Produtos Vegetais (Sisal, Farinha, Mamona, Milho e Feijão), habilitando assim, pessoas como Classificadores de Produtos Vegetais. Certifiquei-me como Classificador de Produtos Vegetais.

De agosto a dezembro de 2006, lecionei como estagiário no Ensino Fundamental, na Disciplina Matemática, pelo Ginásio do Servidor Público da Bahia, situado à Rua Carlos Gomes, Bairro Dois de Julho, em cumprimento da exigência do Curso de Formação Pedagógica de Docentes, pela Faculdade de Valença do Município de Valença-BA.

Ingressei na Educação Profissional no ano de 2015 através de Processo Seletivo do governo do Estado da Bahia, para a contratação de Bacharéis formados para atuar na Educação Profissional, naquela condição, Formado em Ciências Econômicas pela (UCSAL, 1997); como Especialista em Auditoria Pública(UNEB, 2001) ,em Direito Tributário(UFBA,2002),em Gestão Integrada de Organizações(UNEB,2004),com a Formação Pedagógica de Docentes(Faculdade

de Valença-BA, 2006). Especialização em Docência do Ensino Superior(Faculdade Visconde de Cayrú,Salvador-BA). Estou portanto há 8 anos atuando na Educação Profissional; já trabalhei neste período 30(trinta) componentes curriculares; já cheguei a trabalhar com 13 turmas em dois turnos de trabalho. A minha Valença foi ter construído conhecimentos e competências para poder desenvolver as habilidades e ter trabalhado de dezembro de 1971 a maio de 1976 em empresas de exportação de fumos; empresa do ramo de seguros; empresas comerciais; empresa de Rádio; empresas do ramo imobiliário e por último, do ano de janeiro de 1992 a julho de 2014, como administrador de uma patrimonial familiar em Salvador-BA; pesquisar sobre os temas constantes nas ementas e manter-me informado, para poder trabalhar por compromisso pessoal com a escola e o ensino público, responsabilidade profissional e qualidade do trabalho.

Fui contratado em dezembro de 2015 pelo Regime de Direito Administrativo (Reda) como Professor de Ensino Profissional ,especificamente para o eixo tecnológico de Gestão e Negócios, e em componentes curriculares específicos para os cursos de Técnico em Administração e Logística A Secretaria de Educação da Bahia inicialmente designou-me para lecionar no Colégio Estadual Professor Luiz Navarro de Brito, Bairro da Lapinha; região da Liberdade; participei da Semana pedagógica, mas não formou turma para o turno noturno e por isso fui devolvido à SEC-BA como excedente. Posteriormente fui designado para lecionar no Colégio Estadual Luiz Rogério de Souza, Bairro de Plataforma. Ali, de fevereiro de 2016 a fevereiro de 2017 lecionei os Componentes Curriculares específicos para o Curso de Técnico em Administração. Elaborei o Projeto de Estágio (implantação de uma horta comunitária) e orientei os estagiários, concluintes do Curso entre os meses de agosto de 2016 a fevereiro de 2017. Foi uma experiência gratificante e enriquecedora porque ali eu pude colocar em prática os conhecimentos construídos, trabalhar em uma Escola Pública, da qual sou um defensor intransigente , ensinar e aprender e obrigado a manter-me estudando continuamente aprender mais e para ensinar com qualidade.

Posteriormente, a Secretaria de Educação -BA, designou-me para lecionar no Colégio Estadual Pinto de Carvalho, Bairro de São Caetano. Ali lecionei de maio a julho de 2017 nos cursos de Técnico em Administração, Eletrotécnica e Logística e orientei o estágio de estudantes. Satisfação por trabalhar componentes curriculares em outros cursos, reforçando a necessidade de atualização e de

aprendizado por novas experiências. Fui devolvido à Secretaria da Educação, como excedente, por não ter se formado turmas do noturno. Posteriormente fui encaminhado para lecionar no Colégio Estadual Profa., Noêmia Rêgo, Bairro de Valeria, região do subúrbio ferroviário; ali cheguei a tomar posse, mas, houve um problema que a vaga não era real já que a carga horária dos componentes curriculares foram redistribuídos pela Direção com os Professores e não comunicado à Secretaria. Estadual de Educação.

Trabalhei de agosto de 2017 a julho de 2022 no Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) em Gestão, Colégio Estadual Severino Vieira, Av. Joana Angélica, Bairro de Nazaré, Salvador-BA, lecionando e orientando estágio nos Cursos Técnicos de Administração, Desenho para a Construção Civil, Edificações, Logística e Serviços Jurídicos. Sinto imenso prazer em constatar o quanto estou crescendo como pessoa, evoluindo na construção de conhecimentos novos e evoluindo profissionalmente em termos de aprender coisas novas e significativas e cada vez mais desenvolvendo uma prática profissional satisfatória e de qualidade.

Lecionei e orientei Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Curso de Técnico em Administração pelo Colégio Estadual Luiz José de Oliveira, Bairro de Fazenda Grande I, em Boca da Mata, Salvador-BA, de março de 2022 a 31 de julho de 2023. Motivo de satisfação pelo aprendizado e construção de novos conhecimentos. Recebo o horário da coordenação pedagógica; localizo o fluxograma de componentes curriculares para o eixo tecnológico de Gestão e Negócios; analiso a ementa de cada componente que vou desenvolver; elaboro o plano de desenvolvimento do componente curricular; elaboro um plano de aula e vou pesquisar sobre os conteúdos.

Minhas aulas são expositivas, exponho o assunto no quadro; são dialogadas, debatidas e contextualizadas; utilizo o quadro branco e pilot; faço uma avaliação diagnóstica da turma, para verificar o grau de conhecimentos sobre o componente curricular; pesquiso sobre o tema que vou desenvolver em livros, na internet, consulto relatórios de pesquisa; retiro da pesquisa dados dos quais possa tirar elementos que problematizem sobre o tema que está sendo discutido; promovo debates; é necessário a participação de todos; busco respostas sobre o entendimento do assunto; para a avaliação, que é processual; programo uma pesquisa, é para que os estudantes se apropriem dos conceitos principais do

componente; o restante da nota será atribuído com uma avaliação presencial escrita. Costumo avaliar a evolução do processo de ensino-aprendizagem, a fim de verificar os resultados obtidos da relação ensino-aprendizagem-desenvolvido em sala de aula. Durante o transcurso do ano letivo e verificar a evolução do exercício de aprendizagem que foi orientado. As orientações de Estágio e TCC, primeiro explico a teoria em sala; busco identificar qual é o problema vai buscar resolver; programo a elaboração de um Projeto de Pesquisa; e de acordo com o tema escolhido pelo discente eu vou orientando cada um acerca do trabalho a ser desenvolvido, como a consulta de fontes que o ajudem a resolver o seu problema de pesquisa.

Atualmente, leciono desde 10 de agosto de 2023 no Colégio Estadual Thales de Azevedo, localizado no Bairro do Costa Azul, Salvador-BA, nos Cursos de Técnico em Administração, Hospedagem, Logística e Recursos Humanos. Estou satisfeito com a nova experiência. Leciono dois componentes curriculares: Contabilidade Geral e Contabilidade Gerencial e de Custos. Estou obrigando-me a aprender permanentemente, o que vem de encontro ao que gosto de fazer e praticar.

Trabalhar com Educação Profissional é um prazer muito grande. Relembra-me a época em que estudei na Escola Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, de 1965 a 1968. Era um estabelecimento altamente equipado em termos de Máquinas e Equipamentos e dotado de um quadro de Mestres de Ofícios de primeira qualidade. Ensinavam o Ofício por prazer e competência profissional. Lá desenvolviam-se os Ofícios de Mecânica automotiva, Marcenaria, Polimento de Móveis, Móveis sob medidas. Adoro aprender, ensinar e tratar sobre os ofícios em geral. Portanto, estou na modalidade de educação que gosto e que sinto que pode tornar o sujeito autônomo, e com uma profissão para viver a prosperar com dignidade, fazendo o que gosta.

Trabalhar com Educação Profissional é gratificante em todos os sentidos do termo. Além de gostar do que faço, lecionar e aprender sobre os ofícios, a EP organizou minha vida no sentido literal deste conceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guisa de considerações finais neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) falando da prática profissional possível para a conclusão de estudos, da produção de conhecimento e de experiências formativas em que o aluno se relaciona com diferentes pontos de vista e com estudos realizados anteriormente sobre o seu tema de pesquisa.

E tentando colocar em prática o que apreendi durante o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, escrevi este estudo para demonstrar que o saber acadêmico é capaz de aplicar conhecimentos aprendidos em diferentes experiências de vida e componentes curriculares ao longo do curso em formas de aprendizagens profissionais, através da análise crítica e da formação. Permitiu-me um mergulho mais profundo em relação à pesquisa, pois exige um estudo mais refinado e acurado e permite auxiliar ao acadêmico a desenvolver o espírito crítico e intelectual oportunizando a formação de um profissional diferenciado para um mercado de trabalho cada vez mais complexo e exigente.

Recorro a Metzger (2020), quando fala do tipo de profissional que o mercado busca, um profissional capaz de resolver as dificuldades encontradas através de um embasamento teórico-prático bem estruturado. Para ele, é uma tarefa que visa articular e consolidar o processo formativo do estudante pela construção do Conhecimento Científico.

O que verificamos ao longo da pesquisa é que o campo da Educação Profissional traz em sua história, o estigma de uma dualidade estrutural: o ensino profissional destinado aos desfavorecidos sociais, com foco exclusivamente na formação para o trabalho e o ensino (propedêutico introdutório e preparatório para o ensino superior) destinado à elite política e econômica, às quais ocupariam os mais altos cargos dentro da estrutura social. A educação para o trabalho, ao longo da sua história, ressentiu-se de caráter discriminatório.

Diante de tudo que já foi dito, pode-se inferir que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) exerce grande influência no funcionamento e desenvolvimento macroeconômico ao nível das organizações e das sociedades; pode promover a inclusão social de sujeitos; representa possibilidade de acesso ao conhecimento científico e tecnológico; tem uma função social e transformadora; e possibilidade de

emancipação social. O Marco Legal da educação no Brasil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.9.394 de 20 de dezembro de 1996) que estabelece Normas para todo o Sistema Educacional, da Educação Infantil à Educação Superior, além de disciplinar a Educação Escolar Indígena ,Artigo 78 da Lei 9.394/1996(portal.mec.gov.br).

Os marcos que subsidiaram as Políticas da EPT no Brasil: de acordo com documentos oficiais utilizados quando da pesquisa bibliográfica, emergiram os seguintes: em 1909, já na República, são criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto 7.566 de 23 de setembro ; Criação do Ensino Profissional através do Decreto 5.241/1927; Decreto 4.048/1942 criação do SENAI; Decreto 4.073/1942 Lei orgânica do Ensino Industrial; Lei 9394/1996:Lei de Diretrizes e Bases da Educação(LDB) que estruturou a EPT; Decreto 5.154/2004 e Lei 11.892/2008. Sobre as Bases Legais que institucionalizaram a Educação Profissional do Estado da Bahia: de acordo com os documentos legais publicados pelo Governo do Estado da Bahia no Diário Oficial do Estado, o Estado da Bahia, portanto, objeto de Revisão Bibliográfica, definiu a Educação Profissional como uma Política Pública (no Plano de Desenvolvimento da Educação Profissional tendo por isto criado em 2008 a SUPROT) e cumpre e aplica a legislação Federal: CF/1988; Lei 9394/1996; Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação; as diretrizes gerais para a EPT nacional; o Parecer 1/2006 do Conselho Nacional de Educação sobre a Pedagogia da Alternância, segundo (o IPEA): "uma proposta educativa voltada para o homem do campo que tem, entre os seus pilares, o desenvolvimento do meio e a formação integral do educando".

Nesse sentido, esse estudo mostrou quais foram as bases legais que institucionalizaram a formação para o trabalho profissional em escolas brasileiras, destaque para Salvador-BA. Mostrou a origem dessa modalidade de educação verificando as bases legais que institucionalizar a educação profissional no Brasil, identificou as várias etapas do processo de institucionalização da formação para o trabalho; apresentou as Leis, Normas e Documentos que fundamentam o processo de formação para o trabalho, bem como, as formas de qualificação profissional que foram e são operacionalizadas na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

REVISAR ABNT

Baracho , Maria das Graças. A educação profissional no Brasil: o proeja no IFRN 2006-2018,(IFRN), Natal-RN: 2018

Bahia (1989), Constituição do Estado da Bahia, 1989..

Bahia (2007), Resolução CEEE 172 de 7 bde novembro de 2017.

Bahia (2017), Dec. 11.255 Diário Oficial do Estado da Bahia.

Bahia (2008), n. 11.355 de 04 de set 2008 Diário Oficial do Estado da Bahia.

Bahia (2007) Lei n. 10.955 Criação da SUPROT

Bahia (2008) Plano de Desenvolvimento da Educação Profissional.

Brasil (1909) Decreto número 7.566 de 23 de setembro. Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices , para o ensino profissional, primário e gratuito.

Brasil (1937), Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 19 de novembro, Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937.

Brasil (1942), Decreto-Lei número 4.244, de 20 de dezembro; Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN); Diário Oficial da União; Brasília, 27 de dezembro de 1961.

Brasil (1971), Lei número 5.692, de 11 de agosto. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de ago. 1971.

Brasil (1996), Lei no. 9.394, de 20 de dezembro. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro.

Brasil (1997), Decreto 2.208, de 17 de abril; Regulamenta o parágrafo 2º do Art. 36 da e os Artigos 39 a 42 da Lei número 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional; Diário Oficial da União, Brasília, 18 de abril de 1997.

Brasil (2005) Lei número 11.195 de 18 de novembro. Dá nova redação ao parágrafo 5º do Art. 3º da Lei número 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov.2005.

Brasil (2008), Lei número 11,741, de 18 de julho. Altera dispositivos da Lei número 9.394 de dezembro de 1996, e estabelece as Diretrizes e Bases da

educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 17 jul, 2008.

Brasil (2009) Ministério da Educação. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 2009.

Brasil (2011), Lei número 12.513, de 26 de outubro. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), altera as Leis número 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa de Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador(FAT), número 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, número 10.200, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e número 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 27 out, 2011.

Brasil (2012), Resolução CNE/CEB número 04 de 6 de junho. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB número 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Brasil (2015), Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Centro da Educação Básica 2015.

Brasil (2014a), Lei número 13.005, de 25 de junho. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de junho de 2014.

Brasil (2014b), Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os sistemas de Ensino (MEC/SASE), Planejando a próxima década conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.

Ciavatta, Maria.; Ramos, Marise. A era das diretrizes: a disputa pelo Projeto da Educação Profissional, 2012

Castanho, Sérgio Eduardo Montes. A Institucionalização escolar no Brasil entre 1879-1930. In: Revista de HISTEB, 2008.

Cordão, Francisco Aparecido; Moraes, Francisco. Educação Profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: 2017, Ed.Senac

Correia,L.M. Educação especial inclusão, 2003.

Cunha, Luiz Antônio Constant Rodrigues. O ensino profissional na irradiação do industrialismo, 2000.

_____. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização, 2005..

Fonseca, C.S da. História do Ensino Industrial no Brasil..Rio de Janeiro:1961,Escola Técnica.Rio de Janeiro-RJ.

Frigotto, Gaudêncio. As contrarreformas do Ensino Médio no Brasil, 2014.

Garcia, Sandra Regina de Oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil, 2000..

Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa, 2002

Kuijenzer, Acácia Zeneida. A questão do ensino médio no Brasil.In: Revista para o mundo trabalho,2015: Filosofia da Prpaxis, p.8.

Lopes, Amélia; CAVALCANTE, Auxiliadora da Silva; Oliveira,Dalila Andrade. Trabalho docente e formação, 2011..

Machado, Lucília Regina de Souza. Organização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Brasil por Eixos Tecnológicos, 2007.

Manfredi, S.M. Educação Profissional no Brasil,São Paulo: Cortez, 2002.

Manacorda, M, A.História da educação: da antiguidade aos nossos dias, 4 ed, São Paulo: 1995, Cortez

_____. Educação Técnica e Educação Tecnológica, 2016..

Mettzer(Blog.mettzer.com). O Trabalho de conclusão de curso(TCC),2019

Militão, M.N. Educação Profissional. In: Dicionário da Educação Profissional, 2000, p.133(verbete)

Minayo, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento,2000

Monerat, Kis. Profissionais que têm formação em pedagogia, uma delas concluiu pós-graduação, 2011...

Moraes, M.A.C de .; Escott, C.M. História da Educação Profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; in: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas:” história, sociedade e Tecnologia no Brasil” (pp., 1492 – 1508), João Pessoa-PB(UFPB).

Morin, Edgar. Os sete saberes necessários a educação, 2000.

Organização Internacional do Trabalho(OIT), 1978

Oliveira, Maria sacramento de Lopes da. O financiamento da educação profissional no Brasil: da constituição de 1988: entre o Brasil legale o contraditório..

Pedrosa, J.G.; Santos, O.G. Agentes do ensino industrial no Brasil (1920-30-40) e sua referências internacionais: europeísmo e americanismo, 2014. In: cadernos de história da educação, v.13, n,1, 2014

Pereira, L.C. A importância do ensino de filosofia na formação profissional. In: periódicos sbu unicamp.br, 2018, v.10, n.3..

Romanelli, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil, 1978.

Sales,P.E.N.; Oliveira, M.A.M. Educação Profissional no Brasil: Políticas Públicas de Educação Profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. In: M.L.M. Carvalho(Org). Cultyra, Saberes e Práticas: memórias e histórias da educação profissional(p.165-184). São Paulo. Centro Paula Souza, 2011

Sales, Priscila Terezinha Seabra Marques de. ; Azevedo, Silvia Maria Guilhermina; Peterossi,H.G. Formação de professores para o Ensino Técnico, 2021.

Santos, J. S. Formação profissional: processos educativos e evasão, 2022. In: Revista diálogo educacional(online), 2022.

Sousa, Juliana Gomes de ; Penalso, Maria José de. Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade como fundamentais na ação pedagógica: aproximações teórico-conceituais. Reviat Signos, v.38, n. 2, 2017.

Severino, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. Ed.37, 2017.

Sumbo, Leonardo Simão Vieira. Contabilidade Financeira Fácil, 2022.

Tardif, Maurice; Lessard, Claude. Os professores face o saber, 2012..

Terminologia de Formação profissional(CIME).

Vanderley, Selma Fátima. Antecedentes do ensino técnico: Brasil Colônia e Império, 2018.

Vieira e Souza Jr. A educação profissional no Brasil, 2016

Santos, José Deribaldo dos. A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores brasileiros: marxismo e educação em debate. Salvador, v.9, n.3, p.230-240, dez.2017.

SILVA, L.M et al. Educação, Formação de Professores e avaliação nas políticas públicas. In> X Congresso Nacional de Educação(EDUCERE),(PUC-PR), Champagnat:Curitiba-PR,2011.